



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682468 - PR (2021/0233166-8)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ROBERTO BRZEZINSKI NETO E OUTROS
ADVOGADOS : ROBERTO BRZEZINSKI NETO - PR025777
HERMÍNIA GERALDINA FERREIRA DE CARVALHO - PR070622
MAYARA DE ANDRADE BEZERRA - SC054022
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : PEDRO ARILDO RUIZ FILHO (PRESO)
CORRÉU : JOSE CICERO DA SILVA LAURENTINO
CORRÉU : CECILIA CIVIDINI MONTEIRO DA SILVA
CORRÉU : RENATA FIGUEIREDO CAMPAGNOLE DE OLIVEIRA
CORRÉU : ANDRE ROBERTO BURATTI
CORRÉU : VALDECIR MIESTER
CORRÉU : DANIELA DE AZEVEDO SILVA
CORRÉU : LUCIA SAMPAIO DIAS
CORRÉU : GUILHERME ROBERTO PEREIRA
CORRÉU : HEBER LEPRE FREGNE
CORRÉU : ERMES CORREA ALMEIDA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de PEDRO ARILDO RUIZ FILHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (HC n. 2146412-31.2021.8.26.0000).

Consta dos autos, que o paciente encontra-se preso preventivamente, "pela prática, em tese, dos delitos previstos nos artigos 312, 317 e 333 c/c 327, § 1º todos do Código Penal, por diversas vezes; no artigo 1º, *caput* e 1º §º, incisos I e II, da Lei n.9.613/98; e nos artigos 89, 90 e 94, todos da Lei n. 8.666/93, por diversas vezes, e art. 2º da Lei n. 12.850/13, em 05.05.2021 (autos n.0004752-28.2021.8.16.0173 – evento 183.29). Verifica-se, ainda, o oferecimento de denúncia em desfavor do paciente, pela prática, em tese, de condutas previstas no preceito incriminador do art. 2.º, *caput*, e §4º, inciso II, c/c art. 1º, §1º, ambos da Lei n.º 12.850/2013, a qual foi recebida pelo Juízo em 25/05/2021 (mov. a quo 1.1 e 29.1, respectivamente – autos de ação penal de n.º0005997-74.2021.8.16.0173)." (fl. 1.220)

Sustentam os impetrantes, em suma, a insuficiência de fundamentação e de contemporaneidade do decreto prisional, a ausência dos requisitos autorizadores da prisão cautelar e a desnecessidade da medida extrema.

Requerem, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com aplicação de medidas cautelares diversas, previstas no art. 319, do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, em especial porque a decisão atacada trouxe os fundamentos em que se baseia, conforme se vê da ementa a seguir (fls. 1.218-1.219):

HABEAS CORPUS - IMPUTAÇÃO, EM TESE, DOS CRIMES PREVISTOS NOS ARTIGOS 312, 317 E 333 C/C 327, § 1º TODOS DO CÓDIGO PENAL, POR DIVERSAS VEZES; NO ARTIGO 1º, CAPUT E 1 §º, INCISOS I E II, DA LEI N.9.613/98; E NOS ARTIGOS 89, 90 E 94, TODOS DA LEI N.8.666/93, POR DIVERSAS VEZES, E ART. 2º DA LEI N.12.850/13 –DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA – PRESENÇA DA PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E DE INDÍCIOS SUFICIENTES DA AUTORIA –A) PLEITO DEREVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE PERICULUM LIBERTATIS– DESPROVIMENTO – PERIGO NO ESTADO DE LIBERDADE DO IMPUTADO – PACIENTE SOBRE O QUAL RECAI FUNDADAS SUSPEITAS DE POSSUIR FORTE INFLUÊNCIA POLÍTICO-ECONÔMICA CAPAZ DE PREJUDICAR A COLHEITA DE PROVA - CRIMES IMPUTADOS QUE JUSTIFICAM A SEGREGAÇÃO – RISCO DE OBSTRUÇÃO DA COLHEITA DE PROVAS –B) PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM RAZÃO DA FUNDAMENTAÇÃO ABSTRATA –DESPROVIMENTO– ELEMENTOS CONCRETOS QUE JUSTIFICAM A MEDIDA – DECISÃO QUE BASEOU-SE NAS INVESTIGAÇÕES – CONDUTA DO PACIENTE QUE FOI INDIVIDUALIZADA – PRESENÇA DE FUNDADO TEMOR PARA ACUTELAR A ORDEM PÚBLICA BASEADO EM ELEMENTOS CONCRETOS – RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA E DA POTENCIAL PREJUDICIALIDADE DE FUTURA COLHEITA DE PROVA CONSTATADO – INTERCEPTAÇÕES QUE DEMONSTRAM PODER DO AGENTE NA INFLUÊNCIA DE TERCEIROS – C) PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO EM RAZÃO DA INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA CONTEMPORANEIDADE DA PRISÃO–DESPROVIMENTO – ELEMENTOS QUE DEMONSTRAM A ATUALIDADE DA CONDUTA – INVESTIGAÇÃO CRIMINAL QUE PERDURA POR MAIS DE UM ANO – VERIFICADA REITERAÇÃO DAS CONDUTAS NESTE ÍTERIM – PRESENÇA DE ELEMENTOS RECENTES DE POSSÍVEIS CRIMES – AUSÊNCIA DE QUALQUER ELEMENTO DEMONSTRATIVO DA CESSAÇÃO DO VÍNCULO ASSOCIATIVO – CRIME PERMANENTE – D) PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO

PREVENTIVA EM RAZÃO DA INOBSERVÂNCIA DA
PREFERIBILIDADE DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS-
– CAUTELARES QUE NÃO DESPROVIMENTO POSSUEM O
CONDÃO DE ASSEGURAR A PROTEÇÃO ADEQUADA AO
BEM JURÍDICO PROTEGIDO – PRISÃO DEVIDAMENTE
FUNDAMENTADA - ORDEM DENEGADA.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da
impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da
matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas
preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao
processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência